

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO DIGITAL E COMPLIANCE NA GESTÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO DIGITAL E COMPLIANCE NA GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: DIREITO DIGITAL APLICADO
RESUMO
O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA
AULA 2 PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM REDES SOCIAIS: O QUE SÃO? PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT
AULA 3 A SOCIEDADE DE ALGORITMOS VIESES DE ALGORITMOS O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA? COMPLIANCE DE ALGORITMOS
AULA 4 AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET O DIREITO AO ESQUECIMENTO NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS ELETRÔNICOS
AULA 5 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA O PAPEL DO INPI NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
AULA 6 O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA SANÇÕES DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE DADOS? O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD
BIBLIOGRAFIAS
• ALÉM dos Games! Fortnite Foi O Fenômeno Cultural de 2018. UOL, 7 jan. 2019.

Disponível em: <https://jogos.uol.com.br/ultimas-noticias/2019/01/07/alem-dosgames-fortnite-foi-o-fenomeno-cultural-de-2018.htm>.

- CASTRO, L. N. de.; FERRARI, D. G. Introdução à Mineração de Dados: Conceitos Básicos, Algoritmos e Aplicações. São Paulo: Saraiva, 2016.
- FREITAS, C. O. de A.; CAMPOS, F. H. F. de. Homo Consumens em Campus Algorítmicos: Proteção da Vulnerabilidade Enquanto Direito Fundamental e a Lei Geral de Proteção de Dados. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 46, n. 146, p. 63-90, jun., 2019.

DISCIPLINA:
SEGURANÇA DIGITAL

RESUMO

Certamente, você já tem ideia do que representa o termo segurança, pois tem ouvido isso desde que era pequeno. Em sua infância, essa segurança estava associada à forma de agir, ou seja, em fazer as coisas “com segurança”. Porém, naquela época, a segurança era “aplicada” pelos adultos, que estavam constantemente preocupados com a segurança de seus filhos, e sempre repetindo: “Cuidado para não se machucar”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 Á AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- TOMAZ, Raphael. Gestão Estratégica e Inteligência na Segurança Privada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2023.
- PINHEIRO, Patrícia Peck. Gestão Estratégica e Inteligência na Segurança Privada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2022.

DISCIPLINA:
GOVERNANÇA E COMPLIANCE

RESUMO

O movimento de governança corporativa se iniciou nos Estados Unidos, como reação ao desenvolvimento das grandes companhias americanas. Estas eram marcadas pela pulverização de capital, o qual era detido de forma fragmentada por diversos acionistas. Assim, se configurou uma forte separação entre a propriedade das companhias e sua gestão ou controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A GOVERNANÇA PRIVADA E O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
A GOVERNANÇA PÚBLICA
A INCORPORAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL
PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

AULA 2

MATRIZ DE RISCOS
A RELAÇÃO ENTRE A BOA GOVERNANÇA E OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE
INTRODUÇÃO AO COMPLIANCE
PRINCÍPIOS DO COMPLIANCE

AULA 3

O COMPLIANCE OFFICER
COMO AFERIR UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE NO BRASIL
LEIS QUE INTERNACIONALIZARAM O COMPLIANCE

AULA 4

A LEI ANTICORRUPÇÃO E O COMPLIANCE
AS MODALIDADES DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE CRIMINAL
O COMPLIANCE NA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 5

COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS
COMPLIANCE E COMPRAS PÚBLICAS: PROJETO DE LEI N.303/2016
EXIGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NAS LICITAÇÕES

AULA 6

INSTRUMENTOS PREVENTIVOS DA CORRUPÇÃO
OS PROJETOS CAPITÃES DE COMPLIANCE
NÃO SEGUIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE
RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000:2018. Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=392334>.
- ALTOUNIAN, C. S.; DE SOUZA, D. L. LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- _____. Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º jul. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm.

DISCIPLINA:

COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO

RESUMO

Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS
O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO
MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO
O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

AULA 2

ORIGENS MORAIS E ÉTICAS
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA
COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE PRIVADO

AULA 3

ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016
A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA
DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO

AULA 4

ABRANGÊNCIA DA NORMA
DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS
DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE
LENIÊNCIA

AULA 5

O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE

AULA 6

O COMPLIANCE OFFICER
AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
GESTÃO DE RISCOS
MODALIDADES DE COMPLIANCE

BIBLIOGRAFIAS

- LUPION, B. Quais são as raízes da corrupção no Brasil. Nexo Jornal, 13 abr. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/13/Quais-s%C3%A3o-as-ra%C3%ADzes-da-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil>.
- NUCCI, G. S. Corrupção e anticorrupção. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- ZILLOTTO, M. M; CASTRO, R. P. A. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

DISCIPLINA:

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS
A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD
OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO
CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
CONSENTIMENTO DO TITULAR
LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO
DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS
CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS
AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR
ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO
O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO
BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA
PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD
ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE
O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.

DISCIPLINA: **DIREITO CIBERNÉTICO**

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a interdisciplinaridade do Direito com a informática, permitindo compreender relevantes interações com áreas específicas do Direito. Para tanto, analisaremos a lei de introdução às normas do Direito brasileiro e questões inerentes ao Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, trazendo conceitos e situações que contextualizam as referidas áreas com o uso da tecnologia da informação e comunicação. A escolha destas disciplinas jurídicas para o estudo decorre de grande relevância social e da presença de forte interação com as tecnologias da informação e comunicação, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

DIREITO PENAL

DIREITO CIVIL

DIREITO DO CONSUMIDOR

DIREITO DO TRABALHO

AULA 2

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL

O CONTRATO ELETRÔNICO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

A EXPANSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

OS DESAFIOS JURÍDICOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

AULA 3

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO MARCO CIVIL DA INTERNET

DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS

DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET

DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO POR

TERCEIROS E DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS

A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

OS DADOS PESSOAIS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS BASEADO NA SEGURANÇA, NA BOA-FÉ E NA TRANSPARÊNCIA

DOS DIREITOS DO TITULAR

A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA DE DADOS

AULA 5

PROTEÇÃO JURÍDICA NO EMPREENDEDORISMO DIGITAL

DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE EMPRESAS STARTUPS

DOS RESULTADOS FINANCEIROS E DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS DA STARTUP

ASPECTOS JURÍDICOS DA STARTUP NO DIREITO DO TRABALHO

MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

AULA 6

INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPORTAMENTOS TENDENCIOSOS

LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS SOCIOECONÔMICOS

A NÃO DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

A BUSCA PELA NEUTRALIDADE COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DOU, Poder Executivo. Brasília/DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: volume 1: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

DISCIPLINA:
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL E ÉTICA
RESUMO
Você já parou para pensar por que as organizações são tão importantes? Elas fornecem os meios para atender às necessidades das pessoas como serviços de saúde, água e energia, diversão, educação, diversos produtos, entre outros, ou seja, praticamente tudo depende das organizações. Se elas falham... Mas, e a importância das organizações para as pessoas que nelas trabalham e a importância das pessoas para as organizações, pois as organizações são complexas e afetam fortemente o ser humano. Então, para entender esse universo do comportamento nesse ambiente, abordaremos os conceitos de organizações, tipos e os elementos que fazem parte dessa grande estrutura, como a cultura e o clima, que são considerados fatores influenciadores no comportamento organizacional. E como a organização pode ser influenciada e também influenciar o ambiente na qual se encontra, finalizando com as mudanças que estão ocorrendo cada vez mais rapidamente. Em nossos estudos, ainda vamos abordar as pessoas, como elas possuem suas experiências, crenças, valores e conhecimentos que as diferem uma das outras, interferindo e ditando o seu comportamento dentro do ambiente organizacional.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 À AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
• CHIAVENATO, I. Fundamentos de administração: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção e controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2021. • MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2012. • SILVA, REINALDO O. da. Teorias da administração. São Paulo: Pearson, 2013.

DISCIPLINA:
ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 HISTÓRICO E GLOBALIZAÇÃO O QUE É COMPLIANCE? CULTURA DO COMPLIANCE ENTENDENDO A CULTURA DO COMPLIANCE
AULA 2 LEI ANTICORRUPÇÃO TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE
AULA 3 EXECUÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO AVALIAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO DEFINIÇÃO E OBJETIVO DOS TESTES DE COMPLIANCE ALINHANDO TESTES DE COMPLIANCE NAS TRÊS LINHAS DE DEFESA
AULA 4 ANTISSUBORNO - ISO 37001 COMPLIANCE - ISO 19600

A ESTRUTURAÇÃO

ABORDAGEM DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURA

AULA 5

AVALIAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

AVALIAÇÃO DE RISCO DE FRAUDE

EXECUTANDO A AVALIAÇÃO DE RISCOS

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE PREVENÇÃO

AULA 6

TESTE DE DESIGN DE CONTROLES

OTIMIZAÇÃO DA AFETIVIDADE DO CONTROLE INTERNO

MONITORAMENTO CONTÍNUO

OBSERVAÇÕES FINAIS

DISCIPLINA:

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESUMO

Para entender melhor as regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, é indispensável conhecer os princípios constitucionais a ela vinculados. Para a ciência do Direito, os princípios são parte da estrutura jurídica. Os princípios direcionam a elaboração e interpretação das normas visto que entabulam valores e diretrizes para que o sistema jurídico seja equilibrado e racional. A Constituição Federal brasileira (CF), no art. 37, estabelece cinco princípios básicos vinculados à administração pública direta e indireta – autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” É indene de dúvida que os princípios são fundamentais para uma perfeita interpretação e integração da norma ao caso prático. Algumas normas infraconstitucionais também descrevem princípios expressos aplicáveis à Administração Pública, Lei 9.784/1999, Lei 8.666/1993 e Lei 12.462/2011, porém não serão objeto de estudo nesse momento. Os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, os quais passa-se a estudar, são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

PRINCÍPIO DA MORALIDADE

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

AULA 2

CONCURSO PÚBLICO

ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

CARGOS ACESSÍVEIS APENAS PARA BRASILEIROS NATOS

DECISÕES JUDICIAIS ACERCA DE CONCURSO

AULA 3

ASSOCIAÇÃO SINDICAL

DIREITO DE GREVE

SISTEMA REMUNERATÓRIO E ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS

TETO REMUNERATÓRIO

AULA 4

APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PENSÃO POR MORTE

ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS

ABONO DE PERMANÊNCIA

AULA 5

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS SERVIDORES MILITARES

DIREITOS POLÍTICOS DOS MILITARES

PROIBIÇÃO DO DIREITO DE GREVE E SINDICALIZAÇÃO

HABEAS CORPUS NAS PUNIÇÕES DISCIPLINARES

AULA 6

DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA

DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

DA PROIBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO

TIPOS DE IMPROBIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BARCHET, G. Direito administrativo: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DI PIETRO, M. S. Z. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____, M. S. Z. Direito administrativo. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1998.
- MORAES, A. de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2017.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE FISCAL

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNÇÕES DO ESTADO

CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO

NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

LICITAÇÕES

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS
PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>.
- HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. rev. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À
GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.
- MELLO, C. A. B. de. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

DISCIPLINA:

GESTÃO ESTRATÉGICA DA INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica

e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS
ADMINISTRAR É DECIDIR!
DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

AULA 2

MODELOS DE ESTADO
MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
MODELOS DE ESTADO

AULA 3

O INESPERADO
INCONGRUÊNCIAS
MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO
A IDEIA BRILHANTE

AULA 4

GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE
A REFORMA BRASILEIRA
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 5

PROJETO INOVAGOV
APRENDIZADO COM O INOVAGOV
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO
A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS
MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>.
- TAMURA, A. A vã inovação no setor público. 2017. Disponível em: <http://www.wegov.net.br/inovacao-no-setor-publico>.